

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE

EDITAL Nº 01/2023

ANEXO ÚNICO – DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

CARGO 401: SUBPROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Introdução ao direito administrativo. Origem, natureza jurídica e objeto do direito administrativo. Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo. Fontes do direito administrativo. Sistemas administrativos: sistema inglês, sistema francês e sistema adotado no Brasil. Reflexos da LINDB sobre o Direito Administrativo. 2. Administração Pública. Administração Pública em sentido amplo e em sentido estrito. Administração Pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo. Princípios expressos e implícitos da Administração Pública. 3. Regime jurídico-administrativo. Conceito. Supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade dos interesses públicos. 4. Organização administrativa. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Administração direta. Órgãos públicos. Administração indireta. Autarquias e fundações. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Consórcios públicos. Agências executivas e reguladoras. 5. Atos administrativos. Conceito. Fatos da administração, atos da administração e atos administrativos. Requisitos ou elementos. Atributos. Fases de constituição do ato administrativo. Classificação. Atos administrativos em espécie. O silêncio no direito administrativo. Extinção dos atos administrativos. Convalidação. Vinculação e discricionariedade. Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes. Decadência administrativa. 6. Processo administrativo. Lei Federal nº 9.784/1999. 7. Poderes e deveres da Administração Pública. Poder regulamentar. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder de polícia. Dever de agir. Dever de eficiência. Dever de probidade. Dever de prestação de contas. Uso e abuso do poder. 8. Serviços públicos. Conceito e princípios. Formas de prestação do serviço público. Classificação. Delegação contratual de serviços. Concessão, permissão e autorização. Parceria Público-Privada. Direitos dos usuários dos serviços públicos. 9. Intervenção do Estado na propriedade. Conceito. Fundamento. Modalidades. Desapropriação. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Requisição administrativa. Ocupação temporária. 10. Licitações e Contratos Administrativos. Lei Federal nº 14.133/2021. Lei Federal nº 8.666/1993. Lei Federal nº 10.520/2002. Lei Federal nº 12.462/2011. Sistema de registro de preços. 11. Controle da administração pública. Conceito. Classificação das formas de controle. Controle exercido pela administração pública. Controle legislativo. Controle judicial. Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas. 12. Improbidade administrativa. 13. Agentes públicos. Conceito e classificação. Cargo público, emprego público e função pública. Requisitos de ingresso no serviço público. Estabilidade. Direitos e deveres. Provimento e vacância. Acumulação de cargos. Remuneração, vantagens, férias, licenças e afastamentos. Regime disciplinar. Processo administrativo disciplinar. Aposentadoria. Lei nº 2.148/1977 (Regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado de Sergipe). Disposições constitucionais aplicáveis. 14. Bens públicos. Conceito. Competência para legislar. Classificação. Características. Espécies. Afetação e desafetação. Aquisição e alienação. Uso dos bens públicos por particular. 15. Responsabilidade civil do Estado. Fundamento. Evolução histórica. Teorias aplicáveis. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. Reparação do dano. Direito de regresso. Responsabilidade do agente público. Responsabilidade primária e subsidiária. Prescrição. Responsabilidade do Estado por atos legislativos. Responsabilidade do Estado por atos judiciais. Responsabilidade das pessoas jurídicas por atos praticados contra o Poder Público. 16. Entidades do terceiro setor. Serviços Sociais Autônomos. Entidades de Apoio. Organizações Sociais. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Organizações da sociedade civil. 17. Acesso à informação. 18. Liberdade econômica e Desburocratização. 19. Solução alternativa de conflitos com o poder público. 20. Súmulas, jurisprudência dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas. 21. Lei das Estatais (Lei Federal nº 13.303/2016).

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constitucionalismo. Conceito. Trajetória histórica do constitucionalismo. Constitucionalismo liberal e social. O Constitucionalismo brasileiro. O Constitucionalismo francês, britânico e norte-americano. Positivismo. Pós-positivismo. Neoconstitucionalismo. 2. Direito Constitucional: conceito, natureza, objeto e espécies. Fontes. As relações do Direito Constitucional com os demais ramos do Direito e com disciplinas de caráter não jurídico. 3. Constituição: conceito, objeto, conteúdo, elementos e classificação. Teoria da constituição. O papel da constituição. Constitucionalização simbólica. Concepções sobre a constituição. Histórico das constituições brasileiras. A constituição brasileira de 1988. 4. Teoria do ordenamento jurídico. Teoria da norma jurídica. Teoria da norma constitucional. A norma constitucional: conceito, natureza, espécies e distinções. Classificação das normas constitucionais. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Os princípios constitucionais. Conflito de normas. Normas constitucionais no tempo. 5. Hermenêutica constitucional. Métodos de interpretação. Princípios de interpretação constitucional. Mutação e reforma. Regras e

princípios. Defeasibility. Postulados normativos. Os limites da interpretação constitucional. A integração da constituição. Criação judicial do direito. 6. A ordem constitucional vigente. A estrutura da constituição. Preâmbulo. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 7. Poder Constituinte: conceito, natureza, espécies e características. O Poder Constituinte e sua evolução histórica. Poder constituinte e direito adquirido. Nova Constituição e ordem jurídica anterior. Recepção. Inconstitucionalidade superveniente. Repristinação. Desconstitucionalização. 8. Controle de constitucionalidade: conceito e pressupostos. A supremacia da constituição. Bloco de constitucionalidade. Natureza da norma inconstitucional. Os antecedentes históricos e a evolução do controle de constitucionalidade. O controle de constitucionalidade no direito comparado e no sistema brasileiro. Anulabilidade ou nulidade da norma inconstitucional. Formas de inconstitucionalidade e de controle de constitucionalidade. Espécies de inconstitucionalidade. “Estado de coisas inconstitucional”. Momento de controle de constitucionalidade. Controle difuso e concentrado de constitucionalidade. Técnicas de decisão. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Representação Interventiva. Ação declaratória de inconstitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Controle de constitucionalidade no âmbito estadual. 9. Princípios fundamentais do Estado brasileiro. 10. Organização do Estado. Teoria geral do Estado Federal. A história do federalismo. Tipologias do federalismo. O federalismo brasileiro. Forma de governo, sistema de governo e forma de Estado. Competências e sua classificação. Repartição de competências. União. Estados federados. Municípios. Distrito Federal. Territórios Federais. Intervenção. Administração Pública: disposições gerais. Servidores Públicos. Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. 11. Funções do Estado e separação de poderes. Teoria geral da separação dos poderes. Poder Legislativo Federal, Estadual e Municipal. Estrutura, organização e atribuições. Deputado Federais, Senadores, Deputados Estaduais e Vereadores. Comissões Parlamentares de Inquérito. Processo e procedimentos legislativos. Espécies normativas. Emenda à Constituição. Cláusulas pétreas. Das leis. Orçamento. Função fiscalizatória do Poder Legislativo e Tribunal de Contas. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 12. Poder Executivo. Sistemas de governo. O Poder Executivo na Constituição Federal de 1988. Atribuições, substituição, sucessão e responsabilidade do Presidente da República. Ministros de Estado. Conselho da República. Conselho de Defesa Nacional. Governadores. Prefeitos. Secretários de Estado e municipais. Decretos e regulamentos. 13. Poder Judiciário. Disposições gerais na Constituição. Princípios. Garantias do Poder Judiciário. Tribunais Superiores. Conselho Nacional de Justiça. Poder Judiciário da União e Poder Judiciário estadual. Regime constitucional dos precatórios. Súmula vinculante. Reclamação constitucional. 14. Funções essenciais à Justiça. Ministério Público: histórico, disposições constitucionais, organização, princípios e garantias. Conselho Nacional do Ministério Público. Advocacia Pública. Advocacia e Defensoria Pública. 15. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de exceção. Sistema constitucional das crises. Estado de defesa. Estado de sítio. Forças Armadas. Segurança pública. 16. Direitos e garantias fundamentais. Evolução dos direitos fundamentais. Teoria dos direitos fundamentais. Deveres fundamentais. Direitos individuais e coletivos. Direitos individuais em espécie. Garantias individuais. Ações e remédios constitucionais. Direitos sociais. Direitos sociais em espécie. Direitos de Nacionalidade. Direitos políticos. Partidos políticos. 17. Ordem econômica e financeira. Conceito de ordem. Princípios gerais da atividade econômica. Intervenção no domínio econômico. Formas de intervenção. Limites da intervenção. Repressão do abuso do poder econômico. Política urbana. Política agrícola. Política Fundiária. Reforma agrária. Regime das jazidas. Sistema financeiro nacional. 18. Tributação e Orçamento. Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. Limitações ao poder de tributar. Impostos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Repartição de receitas tributárias. Finanças Públicas. Normas gerais. Orçamento. 19. Ordem social. Objetivos. Seguridade social. Educação, cultura e desporto. Ciência, tecnologia e inovação. Comunicação social. Meio ambiente. Família, criança, adolescente, jovem e idoso. Índios. 20. Constituição do Estado de Sergipe. 21. Súmulas, jurisprudência dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

DIREITO FINANCEIRO, ORÇAMENTO PÚBLICO E NOÇÕES DE CONTABILIDADE PÚBLICA

1. Direito financeiro. Conceito e objeto. Direito financeiro na Constituição Federal de 1988. 2. Orçamento público. Conceito, espécies e natureza jurídica. Princípios orçamentários. Leis orçamentárias. Espécies e tramitação legislativa. Lei Federal nº 4.320/1964. Fiscalização financeira e orçamentária. 3. Despesa pública. Conceito e classificação de despesa pública. Disciplina constitucional dos precatórios. 4. Receita pública. Conceito, ingresso e receitas. Classificação das receitas públicas. 5. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). 6. Crédito público. Conceito e classificação de crédito público. Natureza jurídica. Controle, fiscalização e prestação de contas. Empréstimos públicos: classificação, fases, condições, garantias, amortização e conversão. 7. Dívida pública. 8. Contabilidade Pública. 8.1 Sistema de Contabilidade Federal. 8.2 Conceituação, objeto e campo de aplicação. 8.3 Composição do Patrimônio Público. 8.3.1 Patrimônio Público. 8.3.2 Ativo. 8.3.3 Passivo. 8.3.4 Saldo Patrimonial. 8.4 Variações Patrimoniais. 8.4.1 Qualitativas. 8.4.2 Quantitativas: receita e despesa sob o enfoque patrimonial. 8.4.3 Realização da variação patrimonial. 8.4.4 Resultado patrimonial. 8.5. Regime Orçamentário e Regime Contábil. 8.6 Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP – Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016. 8.7 Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, de 07 de fevereiro de 2019. 9. Súmulas, jurisprudência dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

DIREITO TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO

Direito Tributário: 1. Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais do direito tributário. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Repartição das receitas tributárias. 2. Tributo. Conceito. Natureza jurídica. Classificações. Espécies. Imposto. Taxa. Contribuição de melhoria. Empréstimo compulsório. Contribuições. 3. Competência tributária. Classificação. Exercício da competência tributária. Capacidade tributária ativa. Imunidade tributária. Distinção entre imunidade, isenção e não incidência. Imunidades em espécie. Competência para legislar sobre Direito Tributário. 4. Fontes do direito tributário. Constituição Federal. Leis complementares. Leis ordinárias e atos equivalentes. Tratados e convenções internacionais. Atos do poder executivo federal com força de lei material. Atos exclusivos do poder legislativo.

Convênios. Decretos regulamentares. Normas complementares. 5. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. 6. Obrigação tributária. Definição e natureza jurídica. Obrigação principal e acessória. Fato gerador. Sujeito ativo. Sujeito passivo. Solidariedade. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade dos sucessores. Responsabilidade de terceiros. Responsabilidade por infrações. 7. Crédito tributário. Constituição de crédito tributário. Lançamento. Modalidades de lançamento. Suspensão do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Exclusão de crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. 8. Administração tributária. Fiscalização. Dívida ativa. Certidões negativas. 9. Impostos da União. 10. Impostos dos Estados e do Distrito Federal. 11. Impostos dos Municípios. 12. Processo administrativo tributário. Princípios. Acepções e espécies. Determinação e exigência do crédito tributário. Representação fiscal para fins penais. 13. Processo judicial tributário. Ação de execução fiscal. Lei nº 6.830/1980. 14. Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. 15. Ilícito tributário. Ilícito administrativo tributário. Ilícito penal tributário. Crimes contra a ordem tributária. Lei nº 8.137/1990. 16. Lei Complementar nº 116/2003. 17. Súmulas, jurisprudência dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Direito Previdenciário: 1. Seguridade social. Conceito, origem e evolução legislativa no Brasil, organização e princípios. Disposições constitucionais aplicáveis. 2. Custeio da seguridade social. Receitas, contribuições sociais, salário de contribuição. 3. Regime geral de previdência social. 4. Regime próprio de previdência dos servidores públicos. 5. Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira. 6. Previdência complementar. 7. Lei Federal nº 8.212/1991. 8. Lei Federal nº 8.213/1991. 9. Lei Federal nº 9.717/1998. 10. Súmulas, jurisprudência dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

Direito Civil: 1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942). 2. Introdução ao Direito Civil. Direito Civil Constitucional (A Constitucionalização do Direito Civil e a Civilização do Direito Constitucional). A eficácia horizontal dos direitos sociais nas relações privadas. O diálogo das fontes. Princípios do Direito Civil. 3. As diretrizes do Código Civil de 2002. 4. Pessoas naturais. Conceito. Início da personalidade. Personalidade. Capacidade. Direitos da personalidade. Domicílio. Ausência. 5. Pessoas jurídicas. Disposições Gerais. Conceito e elementos caracterizadores. Constituição. Extinção. Capacidade e direitos da personalidade. Domicílio. Sociedades de fato. Associações. Sociedades. Fundações. Grupos despersonalizados. Desconsideração da personalidade jurídica. Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios. 6. Bens. As diferentes classes de bens (bens considerados em si mesmos, bens reciprocamente considerados e bens públicos). Bem de família. 7. Fatos Jurídicos: Negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. Prescrição e decadência. Prova. 8. Direito das Obrigações: Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. 9. Contratos. Teorias e evolução. A principiologia contratual. Classificações. Disposições gerais. Interpretação, efeitos e extinção dos contratos. Espécies de contratos regulados no Código Civil. 10. Atos Unilaterais. 11. Títulos de crédito. 12. Responsabilidade civil. 13. Preferências e privilégios creditórios. 14. Direito das Coisas: Posse. Direitos reais. Propriedade. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do promitente comprador. Do penhor, hipoteca e anticrese. Laje. 15. Lei Federal nº 6.015/1973 (Registros Públicos). Noções gerais, registros, presunção de fé pública, prioridade, especialidade, legalidade, continuidade, transcrição, inscrição e averbação. Procedimento de dúvida. 16. Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa). 17. Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 18. Súmulas, jurisprudência dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Direito Processual Civil: 1. Teoria Geral do Processo: Das normas processuais civis. Eficácia, fontes, interpretação e aplicação das leis processuais. Direito intertemporal. Princípios reitores do Direito Processual Civil. Princípios constitucionais expressos e implícitos do processo. 2. Da função jurisdicional: Jurisdição, ação, exceção e processo. Natureza jurídica, princípios e aspectos. Unidade da jurisdição. Organização Judiciária do Estado. 3. Dos limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional. Da competência interna e da cooperação nacional. Critérios para determinação. Sistemas e distinção. 4. Sujeitos do processo. Partes e procuradores. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros: assistência, denunciação da lide, chamamento ao processo, incidente de desconsideração da personalidade jurídica e amicus curiae. 5. O Juiz. Investidura, garantias, organização judiciária, poderes, deveres, responsabilidade, impedimento e suspeição. Dos auxiliares da justiça. 6. O Ministério Público no processo civil: conceito, funções, posições, deveres e responsabilidades, impedimento e suspeição. 7. A atuação da Advocacia Pública e da Defensoria Pública no processo civil. 8. Atos processuais: forma, tempo e lugar dos atos processuais. Prazos: disposições gerais, verificação, natureza e contagem. Preclusão. Comunicações dos atos processuais. Nulidades: conceituação e classificação. Distribuição e registro. Valor da causa. 9. Tutela provisória: Conceituação e características. Disposições gerais. Tutela de urgência. Tutela da evidência. Medidas cautelares contra o poder público. 10. Formação, suspensão e extinção do processo. 11. Procedimento comum: petição inicial, improcedência liminar do pedido, audiência de conciliação ou de mediação, contestação, reconvenção e revelia. Providências preliminares e saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento. Provas. Teoria Geral da Prova. Provas em espécie. Sentença e coisa julgada. Liquidação de sentença. Cumprimento da sentença. 12. Procedimentos especiais: Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas. Ações possessórias. Ação de divisão e demarcação de terras particulares. Ação de dissolução parcial de sociedade. Inventário e partilha. Embargos de terceiro. Oposição. Habilitação. Ações de família. Ação de alimentos. Divórcio. Ação Monitória. Restauração de autos. Procedimentos de jurisdição voluntária. 13. Processo de execução. Execução em geral. Disposições gerais. Partes e competência. Requisitos necessários para realizar qualquer execução. Responsabilidade patrimonial. Execuções em espécie: disposições gerais, obrigações de entrega de coisa, obrigações de fazer ou de não fazer, execução por quantia certa, execução contra a Fazenda Pública e execução de alimentos. Embargos à execução. Suspensão e extinção do processo de execução. Impenhorabilidade do bem de família. Execução Coletiva. 14. Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais. Teoria dos recursos: disposições gerais, conceito, classificações, juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Duplo grau de jurisdição. Efeitos dos recursos. Recursos adesivos. Deveres dos tribunais. Ordem dos processos no tribunal. Teoria do precedente.

Súmulas vinculantes. 15. Processos e incidentes de competência originária nos tribunais. Incidente de assunção de competência. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Conflito de competência. Homologação de decisão estrangeira e concessão de exequatur à carta rogatória. Ação rescisória. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Reclamação. 16. Recursos em espécie: Apelação, agravo de instrumento, agravo interno, embargos de declaração. Disposições comuns e específicas. 17. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. Recurso ordinário. Requisitos específicos dos recursos a tribunais superiores. Ôbices de admissibilidade. Recurso extraordinário e Recurso especial. Julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos. Agravo em Recurso especial e Recurso extraordinário. Embargos de divergência. 18. Ação civil pública. 19. Ações constitucionais: Mandado de segurança (individual e coletivo). Mandado de injunção. Ação popular. Habeas data. 20. Outras legislações: Concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público (Lei nº 8.437/1992); Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/1995); A edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal (Lei nº 11.417/2006). 21. A mediação e a autocomposição de conflitos (Lei nº 13.140/2015). 22. Súmulas, jurisprudência dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Direito Penal: 1. Direito Penal: conceito, características, divisões, escolas, história, evolução, teorias, funções, denominações, fontes, velocidades e princípios. Criminalização primária e secundária. Seletividade e vulnerabilidade do Direito Penal. 2. Garantismo e Funcionalismo Penal. Expansão do Direito Penal. Abolicionismo. Direito Penal Mínimo e Direito Penal Máximo. Direito Penal do Inimigo. 3. Ciências Criminais: criminologia, vitimologia, dogmática penal e política criminal. 4. Bem Jurídico-Penal e Constituição. 5. Código Penal. Parte geral e especial. 6. Lei Penal: disposições gerais, aplicação, norma penal (classificação, interpretação e analogia), lei penal em branco, lei penal no tempo e no espaço, tempo e lugar do crime, extraterritorialidade, conflito aparente e processo de criminalização. 7. Teoria Geral do Crime: conceito de crime e evolução da teoria do crime; crimes e contravenções; classificação doutrinária dos crimes; sujeitos do crime; objeto do crime; fato típico; tipo penal; tipo doloso, culposo e preterdoloso; conduta; resultado; relação de causalidade; tipicidade; tipicidade conglobante; imputação objetiva; iter criminis, consumação e tentativa; exaurimento; desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior; crime impossível; ilicitude (antijuridicidade): considerações gerais, causas legais e supralegais de exclusão da ilicitude, excesso; culpabilidade: considerações gerais, imputabilidade, potencial consciência da ilicitude, exigibilidade de conduta diversa; concurso de pessoas; discriminantes putativas; erro; erro de tipo; erro de proibição; crimes aberrantes. 8. Teoria Geral da Pena: conceito, evolução, classificação, fundamento, teorias e finalidades, funções e princípios; execução penal; penas privativas de liberdade, restritivas de direito e multa; aplicação da pena; concurso de crimes; limite das penas; suspensão condicional da pena; livramento condicional; efeitos da condenação; reabilitação; medidas de segurança; causas extintivas da punibilidade; prescrição. 9. Crimes contra a pessoa. 10. Crimes contra o patrimônio. 11. Crimes contra a propriedade imaterial. 12. Crimes contra a organização do trabalho. 13. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 14. Crimes contra a dignidade sexual. 15. Crimes contra a família. 16. Crimes contra a incolumidade pública. 17. Crimes contra a paz pública. 18. Crimes contra a fé pública. 19. Crimes contra a administração pública. 20. Crimes contra o Estado Democrático de Direito. 21. Lei de Abuso de Autoridade (Lei Federal nº 13.869/2019). 22. Lei dos Crimes Hediondos (Lei Federal nº 8.072/1990). 23. Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei Federal nº 7.716/1989). 24. Lei de Drogas (Lei Federal nº 11.343/2006). 25. Lei de Tortura (Lei Federal nº 9.455/1997). 26. Estatuto do Desarmamento (Lei Federal nº 10.826/2003). 27. Lavagem de dinheiro (Lei Federal nº 9.613/1998). 28. Contravenções penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941). 29. Lei de Organização Criminosa (Lei Federal nº 12.850/2013). 30. Crimes do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal nº 10.741/2003). 31. Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006). 32. Crimes de trânsito (Lei Federal nº 9.503/1997). 33. Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores (Decreto-Lei nº 201/1967). 34. Crimes falimentares (Lei Federal nº 11.101/2005). 35. Lei de Terrorismo (Lei Federal nº 13.260/2016). 36. Crimes do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015). 37. Lei dos Crimes contra a Economia Popular (Lei Federal nº 1.521/1951). 38. Lei dos Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998). 39. Crimes previstos no Código Eleitoral (Lei Federal nº 4.737/1965). 40. Crimes contra a ordem tributária (Lei Federal nº 8.137/1990). 41. Súmulas, jurisprudência dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Direito Processual Penal: 1. Código de Processo Penal. 2. Direito Processual Penal: princípios; sistemas processuais; lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas; fontes; interpretação e integração da lei processual. 3. Fase Extrajudicial da Persecução Penal: juiz das garantias; investigação preliminar; inquérito policial; termo circunstanciado de ocorrência; procedimento de investigação criminal conduzido pelo Ministério Público; demais instrumentos investigatórios; Notícia de fato criminal. Identificação criminal. Acordo de não persecução penal. 4. Controle Externo da Atividade Policial. 5. Ação Penal. 6. Ação Civil Ex Delicto. 7. Jurisdição e Competência. 8. Questões e Processos Incidentes. 9. Medidas Cautelares de Natureza Real (medidas assecuratórias). 10. Medidas Cautelares de Natureza Pessoal: disposições gerais; prisões e medidas cautelares diversas da prisão. 11. Liberdade Provisória. 12. Provas. 13. Sujeitos do Processo. 14. Comunicação dos Atos Processuais. 15. Procedimentos: comum ordinário, comum sumário, comum sumaríssimo, especial do Tribunal do Júri; outros procedimentos especiais (competência originária dos tribunais, crimes contra a honra, crimes contra a propriedade imaterial, crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, crimes falimentares, crime de abuso de autoridade, crimes relacionados a drogas, crimes praticados por prefeitos, estatuto do idoso, crimes que dizem respeito à violência doméstica e familiar contra a mulher). 16. Sentença e outros provimentos judiciais. Coisa julgada. 17. Nulidades. 18. Recursos e Ações Autônomas de Impugnação. 19. Relações Internacionais com Autoridade Estrangeira: cartas rogatórias; homologação de sentença estrangeira; extradição, expulsão e deportação. 20. Execução Penal. 21. Prisão Temporária (Lei Federal nº 7.960/1989). 22. Lei de interceptação telefônica (Lei Federal nº 9.296/1996). 23. Proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas e a réus colaboradores (Lei Federal nº 9.807/1999). 24. Identificação criminal (Lei Federal nº 12.037/2009). 25. Investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia (Lei Federal nº 12.830/2013). 26. Súmulas, jurisprudência dos Tribunais Superiores e legislação

relacionada com os temas.

CONTROLE EXTERNO E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

1. Controle da Administração Pública. Conceito, abrangência e espécies. 2. Controle externo no Brasil. 3. O Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. 4. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. 5. Tribunais de Contas. Natureza jurídica. Forma de investidura, direitos, prerrogativas e vedações dos membros. Funções. Eficácia das decisões. Revisão das decisões dos Tribunais de Contas pelo Poder Judiciário. AUDICON – Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros-Substitutos dos Tribunais de Contas: natureza, membros, finalidades e atuação. ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil: natureza, membros, finalidades e atuação. 6. Competências do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. Competência para a apreciação da constitucionalidade de leis. Competência para a revisão dos próprios atos. Competência normativa. 7. Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. Iniciativa: própria; denúncia; representação. Instrumentos de Fiscalização: levantamento; auditoria; inspeção; acompanhamento; monitoramento. Objeto da Fiscalização: atos e contratos; transferências constitucionais e legais; convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres; aplicação de subvenções, auxílios e contribuições; arrecadação da receita; renúncia de receitas. 8. Apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal e das concessões de aposentadorias, reformas e pensões. 9. Ministério Público de Contas. Natureza, competência, princípios e funções institucionais. AMPCON – Associação Nacional do Ministério Público de Contas. 10. Ministério Público de Contas do Estado de Sergipe. Competência, organização e composição. Forma de investidura, regime jurídico, direitos, prerrogativas e vedações dos membros. Atividade funcional. Atividade custos legis, representação ao Tribunal de Contas, representação a outros órgãos. Notificação Recomendatória. Prerrogativas processuais no processo de contas. Atividade investigatória. Atividade de inteligência. Fontes – conceito, classificação, enumeração. Fontes abertas. Sistemas de busca. Técnicas de busca. Dados. Informação. Metadados. Data Mining. Cooperação interinstitucional. 11. Lei Complementar Estadual nº 36/1997 (Dispõe sobre o Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e dá providências correlatas). 12. Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. 13. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. 14. Constituição do Estado de Sergipe. 15. Súmulas, jurisprudência dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA DE FORMA ANÁLOGA À RESOLUÇÃO Nº 75/2009 DO CNJ

Direitos Humanos: 1. Teoria Geral dos Direitos Humanos. 2. Sistema global de proteção dos direitos humanos. 3. Sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos. 4. Controle de convencionalidade. 5. A relação entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito brasileiro. 6. Os direitos humanos na Constituição Federal de 1988. 7. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de direitos humanos. 7. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de direitos humanos. 8. O Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Interamericana de Direitos Humanos). 9. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU). 10. Agenda 2030 da ONU e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 11. Gênero e Patriarcado. Gênero e Raça. Discriminação e Desigualdades de Gênero – questões centrais. Protocolo de julgamento com perspectiva de gênero.

Sociologia do Direito: 1. Introdução à sociologia da administração judiciária. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia). Gestão. Gestão de pessoas. 2. Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o Direito. Transformações sociais e Direito. 3. Direito, Comunicação Social e opinião pública. 4. Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não-judiciais de composição de litígios.

Filosofia do Direito: 1. Teorias do Direito e da Justiça. 2. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito. 3. O conceito e validade do Direito. Positivismo e pós-positivismo. 4. A interpretação do Direito. Métodos exegéticos. Hermenêutica filosófica. Razoabilidade e ponderação.

Teoria Geral do Direito e da Política: 1. Direito objetivo e direito subjetivo. 2. Fontes do Direito objetivo. Princípios gerais de Direito. Jurisprudência. Súmula vinculante. 3. Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho. 4. O conceito de Política. Política e Direito. 5. Ideologias. 6. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU). 7. Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 8. Gênero e Patriarcado. Gênero e Raça. Discriminação e Desigualdades de Gênero – questões centrais. Protocolo de julgamento com perspectiva de gênero.

Direito Digital: 1. 4ª Revolução industrial. Transformação Digital no Poder Judiciário. Tecnologia no contexto jurídico. Automação do processo. Inteligência Artificial e Direito. Audiências virtuais. Cortes remotas. Ciência de dados e Jurimetria. Resoluções do CNJ sobre inovações tecnológicas no Judiciário. 2. Persecução Penal e novas tecnologias. Crimes virtuais e cibersegurança. Deepweb e Darkweb. Provas digitais. Criptomoedas e Lavagem de dinheiro. 3. Noções gerais de contratos Inteligentes, Blockchain e Algoritmos. 4. LGPD e proteção de dados pessoais.

Análise Econômica do Direito: 1. Conceitos fundamentais. 2. Racionalidade econômica. 3. Eficiência processual. 4. Métodos adequados de resolução de conflitos e acesso à Justiça. 5. Demandas frívolas e de valor esperado negativo. 6. Precedentes, estabilidade da jurisprudência e segurança jurídica. 7. Coisa Julgada.

Direito da Antidiscriminação: 1. Conceitos Fundamentais do Direito da Antidiscriminação. 2. Modalidades de Discriminação. 3. Legislação antidiscriminação nacional e internacional. 4. Conceitos Fundamentais do Racismo, Sexismo, Intolerância Religiosa, LGBTQIA+fobia. 5. Ações Afirmativas. 6. Direitos dos Povos indígenas e das comunidades tradicionais.